Saneamento

Drenagem e manejo de águas: A última fronteira do saneamento básico

Caio de Souza Loureiro

Sócio de TozziniFreire Advogados nas áreas de Infraestrutura e Energia e Direito Administrativo e Projetos Governamentais

Ao se falar nos serviços de saneamento, água e esgoto são aqueles que primeiro se destacam. Com alguma relevância, também a coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos. Contudo, há um quarto serviço que costuma passar à margem das discussões envolvendo os investimentos e projetos no setor: a drenagem e manejo de águas pluviais urbanas (DMAPU).

Apesar da sua essencialidade, sobretudo para a correta prevenção e diminuição dos impactos de desastres naturais, a DMAPU ainda é ignorada quando se fala em projetos estruturados de infraestrutura, mesmo no âmbito do saneamento.

As consequências dessa negligência são evidentes. Estudo recente da Aliança Brasileira pela Cultura Oceânica, coordenado pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) traz dados alarmantes: na última década, houve um aumento de 222,8% nos desastres climáticos provocados pelas chuvas no Brasil; 83% dos municípios brasileiros já foram afetados por desastres ligados à chuva; 91 milhões de pessoas afetadas; chuvas são responsáveis por 86% das mortes registradas em decorrência de desastres climáticos, sendo, também, a causa de 94% dos desabrigados, na ordem de 8,7 milhões de pessoas; entre 2020 e 2023, chuvas ocasionaram prejuízos de R\$ 43 bilhões.

O contrassenso em não se investir numa área prioritária é justificado, em parte, pela ausência de uma regulamentação mais robusta. Mais especificamente, falta ao setor de DMAPU regras que definam a individualização da tarifa, de modo a destravar a possibilidade de concessões.

De fato, até o início de 2025, ainda faltava a norma de referência da DMAPU, o que foi saneado com a edição da Norma de Referência nº 12/2025, aprovada pela [Resolução nº 245/2025](#), da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). A NR 12 é, sem dúvida, um marco a ser comemorado, pois, de forma inédita, há uma norma geral para disciplinar os serviços de DMAPU.

Em seu texto, a NR 12 estabelece conceitos e parâmetros relevantes, desde a própria conceituação dos serviços de DMAPU, de modo a delinear o escopo dos futuros contratos e investimentos. A NR 12 define, por exemplo, os três tipos de infraestrutura relacionadas à DMAPU: “azul”, “cinza” e “verde”, dando clareza à realização dos investimentos. Nessa definição, considerou-se, inclusive, a possibilidade de contar com estruturas naturais e na necessária interconexão entre essas e as estruturas construídas.

A NR 12 também avança na definição das atividades e infraestruturas e instalações operacionais que conformam os serviços, delimitando o que compõe a DMAPU. Essas disposições são importantes para estabelecer, dentro do grande

Saneamento

Drenagem e manejo de águas: A última fronteira do saneamento básico

grupo de serviços de saneamento, aqueles serviços e atividades voltados à DMAPU, de modo a evitar quaisquer incompreensões na definição de projetos específicos para essa modalidade.

Os papéis de regulação, com a reafirmação da primazia da ANA como entidade reguladora e as atribuições das entidades reguladoras infranacionais e dos titulares e prestadores dos serviços, também são previstos na NR 12. Com isso, tem-se um avanço grande na governança e divisão de competências, conferindo maior institucionalidade e segurança jurídica à prestação dos serviços de DMAPU.

A edição da NR 12 foi um primeiro grande passo para viabilizar projetos de drenagem e manejo de águas. No entanto, a próxima tarefa é, sem dúvida, estabelecer as regras tarifárias, em especial a maneira como a tarifa poderá ser individualizada. Com isso, os projetos poderão contar com a receita tarifária para a sua financiabilidade e viabilidade.

Antes disso, porém, nada obsta que o governo se valha de concessões administrativas, amparadas no pagamento da contraprestação pública e sem cobrança de tarifas. É certo que o desafio de viabilidade econômico-financeira do modelo é bem maior. Ainda assim, considerando os custos e prejuízos ocasionados pela ausência de estruturas e políticas de drenagem e manejo de águas pluviais, é um investimento que, certamente, compensa.

É importante mencionar que já há iniciativas nesse sentido. O estado de São Paulo, por exemplo, incluiu em seu programa de parcerias o desassoreamento dos rios Pinheiros e Tietê e tem investimento previsto na ordem de R\$ 10 bilhões.

O aprimoramento regulatório tende a massificar esse tipo de projeto, aumentando de modo significativo os ganhos sociais e representando uma boa oportunidade de investimentos para o setor privado.